

ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA
— parte I: tática, programa, bloco de forças —

***Fora Bolsonaro: eleger Lula, superar o neoliberalismo e abrir
caminho para a revolução democrática no Brasil.
Construir o programa rumo ao socialismo democrático.
Frente de esquerda.***

I

1. As tarefas centrais na luta de classes no Brasil estão fortemente pressionadas pela continuidade da crise internacional do neoliberalismo superposta à ausência de uma resposta mundial à pandemia.
2. Desde os anos 80 o neoliberalismo é o programa das classes dominantes no mundo. O neoliberalismo sucedeu o keynesianismo que havia orientado os chamados anos dourados do pós-guerra. Ao contrário de pactos político-sociais e geopolíticos com partidos socialdemocratas e Estados “comunistas” que vigoraram, o neoliberalismo é expressão da vitória do capital financeiro e sua globalização, com impactos diretos na desorganização da classe operária e dos Estados nacionais.
3. A crise internacional do neoliberalismo eclode profundamente nos anos 2008 com a quebra de grandes bancos dos EUA e na sequência de crises periféricas importantes. Essa crise ampla e profunda persiste e somou-se à ausência de uma estratégia mundial de enfrentamento da pandemia de Covid-19.
4. A austeridade manteve-se a custos sociais crescentes, gerou espiral de conflitos políticos e forte descrédito nas instituições da democracia burguesa. Uma crise sem superação é a marca do período atual. Elementos decisivos que organizavam o conjunto do neoliberalismo como “sistema” passaram a não funcionar como antes. A globalização

neoliberal perdeu seu dinamismo. Esse quadro se aprofundou enormemente com a pandemia.

5. Mesmo durante a crise, no entanto, a força dominante do capital financeiro e a espiral de acumulação de riqueza financeira continuaram. É exatamente esse peso do rentismo que restringe a hipótese de retomada sustentável de investimentos em um novo ciclo longo. De outro lado, a austeridade prolongada amplificou a crise social produzida pelo neoliberalismo. A pausa durante a pandemia não significou reorientação. Em grande medida ocorreu uma transferência maciça de recursos, dos bancos centrais para o sistema financeiro privado. A concentração de renda acelerou.
6. A contraface política do capitalismo neoliberal é agudizar a crise da democracia e abrir espaço para ascensão da extrema direita. Por isso mesmo, formas de atenuação conciliatória com o neoliberalismo estão fadadas ao fracasso e a derrotas. Cabe à esquerda organizar uma alternativa de conjunto ao neoliberalismo.
7. Seis anos de golpe continuado e expandido a todas as esferas públicas não foram suficientes para abater a única força política e social capaz de colocar fim no governo da extrema direita, que atuou como comitê executivo do liberalismo econômico sem limite ou trégua e dos desejos mais sórdidos das classes dominantes brasileiras desde a colônia e a escravidão.
8. Essa força capaz de contrapor-se a extrema direita é socialmente sustentada no proletariado e politicamente no PT e outros partidos de esquerda, nos sindicatos e movimentos político-sociais populares. Historicamente confirma a análise marxista do caráter de classe anti-operário do fascismo e da extrema direita atual, e, sobretudo, que *a classe trabalhadora é a única capaz de impor-lhe a derrota mais decisiva*. Uma força liberal pode derrotar eleitoralmente a extrema direita, como vimos recentemente nos EUA, mas manterá pontos de contato e de permanência com o programa da extrema direita,

especialmente nos aspectos centrais da propriedade privada e dos interesses do capital financeiro. E, no caso dos EUA, a corresponsabilidade pela mesma política imperialista. Aliás, essa mesma força liberal foi responsável — através dos governos Clinton e Obama — por dar seguimento ao neoliberalismo da era Reagan.

9. O fato de no Brasil dar-se outra condição histórica — as classes trabalhadoras e as forças políticas que buscam expressá-las são a vanguarda da luta democrática — nos permite colocar como objetivos integrados a liquidação da extrema direita e a superação do neoliberalismo.

10. O fato de que a esquerda lidera a luta democrática no Brasil nos permite colocar como objetivo conjunto derrotar, além da extrema direita, o programa neoliberal. Essa dupla vitória deve abrir um cenário de possibilidades de transformações ainda inéditas no Brasil, um processo de revolução democrática. Essa perspectiva nos remete ao debate do programa — que nada mais é do que a compreensão das possibilidades e das tarefas para alcançá-las — para o período histórico que vivemos. O sentido geral desse programa pode ser sintetizado na tríade *eleger Lula, construir a alternativa ao capitalismo neoliberal, colocar em marcha o processo de radicalização da democracia*.

Neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo

11. Estamos em um processo de crise do capitalismo, em que se organiza, fundamentalmente, o conflito entre capital e vida. Se nós já vínhamos observando esse conflito antes da pandemia, neste período ele se torna mais aguçado. Nesse momento, as políticas austericidas tem sido aprofundada em meio à miséria, fome e em detrimento das condições de sustentação dos equipamentos públicos. Recentemente, o ministro Paulo Guedes declarou que o Estado brasileiro quebrou e não consegue mais oferecer os serviços públicos pela razão de as pessoas estarem vivendo muito. Sem nem discutir toda a falácia do argumento, é

possível perguntar como podemos conceber um mundo em que o maior problema declarado seja o de que as pessoas vivam (muito)?

12. As condições que estamos vivenciando durante a pandemia escancararam a confluência entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo, fundamental para essa fase do capitalismo e que traz muitas consequências. Destacamos algumas consequências que envolvem o mercado e a família, baseando no debate que organizamos na Marcha Mundial das Mulheres, na nossa ação feminista da DS.
13. Um dos aspectos fundamentais do neoliberalismo é o grande poder das empresas e das corporações. Francisco Louçã falou disso, do ponto de vista das corporações de comunicação e vários/as dos/as nossos/as companheiros e intelectuais tem trazido o debate de como que as empresas organizam a nossa vida social. Destacamos nesse ponto as contribuições da Marcha Mundial das Mulheres. As grandes corporações não apenas produzem os bens e os serviços dos quais precisamos, mas também criam valores, organizam as nossas subjetividades e os processos de alienação.
14. Elas decidem como e quem produz remédios e vacinas contra COVID-19, quem são os países que recebem, primeiramente, as vacinas, ou seja, em última instância, quem vive e quem morre. Elas exercem poder de repressão e violência, como foi o caso do homem negro assassinado em 2020 em pleno estacionamento de um supermercado por seguranças privados do estabelecimento no Rio Grande do Sul ou na investida que fazem sobre os territórios, roubando os recursos naturais.
15. Além disso, elas acumulam riquezas a partir de contrato de trabalhos cada vez mais precários e inerentemente arriscados, tornando a classe trabalhadora cada vez mais responsável por suprir os riscos que capitalismo hoje impõe sobre as pessoas, sobretudo sobre as mulheres, sobre a população negra, etc.

16. Elas organizam as formas de socialização que temos — os meios de entretenimento, o que assistimos para descansar, passando pela venda de bênçãos nas “igrejas-corporações”, até a propagação da indústria sexual e da pornografia. Ou seja, as grandes corporações organizam os nossos valores sociais, morais, sexuais, religiosos.
17. Da mesma forma, a família também tem um papel fundamental para a relação entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo. Não é à toa esse movimento no Brasil de reforço ideológico fundamental do valor e do papel das famílias. Esse reforço serve para muitos propósitos.
18. Serve para que os riscos do capitalismo sejam privatizados no interior das famílias, responsabilizando especialmente as mulheres pela reprodução da vida, em condições cada vez mais precárias. Contribui para o desmantelamento das demandas por igualdade, ao conceber a sociedade como um conjunto de unidades familiares, onde os valores e subjetividades são construídos e reforçados pelo individualismo, prejudicando processos de construção da democracia, que dependem de interações sociais baseadas na igualdade e nas relações sociais na esfera pública.
19. Ao mesmo tempo, esse reforço ideológico da família serve para deslegitimar o Estado e os serviços públicos. Não é à toa que os bolsonaristas defendem tanto essa ideia das escolas em casa (“*homescholling*”), pois reforça a privatização dos serviços públicos. A afirmação da primazia da família também serve fundamentalmente para aguçar e reforçar os valores do individualismo, da heteronormatividade, do consumismo.
20. Como exemplo, recentemente, o governo Bolsonaro lançou uma cartilha sobre as políticas públicas para a família. No texto, a correlação entre famílias monoparentais femininas e pobreza é vista como um problema que deve ser sanado a partir do incentivo ao casamento. Nessa retórica, o casamento aparece como a saída para o

desenvolvimento social, econômico e, inclusive como solução para a violência que assola as comunidades.

21. Ainda, a confluência entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo contribuem para descompatibilizar os ideais de liberdade e igualdade. Os discursos da ultradireita na pandemia vão construindo uma ideia de liberdade em que os seres humanos são “hiperautônomos”, desvinculados de uma necessidade social da vida coletiva. Então, a pessoa se recusa a usar máscara, se recusa a vacinar, se as pessoas criticam que as igrejas não deveriam estar abertas no momento mais dramático da pandemia elas são acusadas de infringirem a liberdade de culto.
22. Esses elementos devem estar no centro do nosso debate e das disputas do próximo período. Pensando no desafio de construção de um projeto político para o Brasil, que saia vitorioso nas eleições e consiga constituir as condições para transformar a confluência perversa entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo, precisamos construir um projeto que não reforce o casamento, a maternidade e a heteronormatividade como destinos naturais, valores intrínsecos ou marcos acrílicos para construção das políticas públicas.
23. Por fim, devemos ser capazes de responder qual sociedade visualizamos como uma imagem oposta à da barbárie?
24. Socialista no sentido de construção de outros parâmetros, prioridades e condições de produção e reprodução da vida; libertária, no sentido de construir virtuosas integrações entre nossa subjetividade, individualidade e nossa inerente condição humana de interdependência. Igualitária, no sentido de atacar todos os privilégios, hierarquias entre nós, atacar o racismo e o patriarcado.
25. É diante da barbárie que devemos ter ação militante e proposição de imaginação. Então, isso significa que nós também temos que olhar para esses debates e pensar a conexão entre liberdade e igualdade,

justamente para retomar aquilo que Camila falou no início do debate, na sua bela poesia: "Quanto a vida valerá?" Ou seja, nós precisamos pensar a vida que valha realmente a pena ser vivida.

A conquista da democracia

26. Como reação à luta dos socialistas pela soberania popular, organizou-se desde o fim do século XIX a chamada "Teoria das elites", cujo centro era exatamente o de afirmar como dogma a incapacidade de as maiorias exercerem seu autogoverno. A "Teoria das elites" terminou por convergir ao fascismo ou a inspirar as formas do moderno liberalismo do elitismo democrático, que concebe a democracia na ausência ou à distância do princípio da soberania popular. O capitalismo neoliberal, ao extremar o lucro e ao usurpar o poder, exacerbou as formas autoritárias de regime político e a crise de credibilidade na democracia representativa. Abriu as portas para a extrema direita.
27. De outro lado, as experiências revolucionárias socialistas sempre se basearam em formas criativas de democracia direta, como os conselhos (de operários, camponeses e soldados) na revolução russa e os comitês de defesa da revolução em Cuba. Na mais importante das revoluções socialistas, no entanto, a transição ao socialismo foi interrompida por uma ditadura burocrática que se voltou em primeiro lugar contra o partido da revolução e seus dirigentes, entre eles Leon Trotsky.
28. Os socialistas democráticos reconhecem na classe trabalhadora e nos oprimidos pelo capitalismo o protagonismo na conquista da liberdade e igualdade, da vida plena em direitos em igualdade e fraternidade em todo mundo. Para nós, a democracia socialista é o núcleo do programa.
29. A tradição política brasileira tem um longo fio histórico de ataques à soberania popular, à liberdade e à igualdade. Antes da proclamação da República, o que unificava liberais e conservadores era a defesa da escravidão e a repulsa à soberania popular. A "república" foi instaurada contra o povo, contra os negros, contra as mulheres, contra os povos

índigenas, em suma, contra a democracia. 1964 e 2016 não são, assim, regimes de exceção a uma regra, mas a continuação desta tradição para impedir a mudança democrática.

30.A reorganização de um programa histórico do socialismo democrático atualiza a centralidade da luta pela liberdade e pela democracia. A reorganização de um sistema participativo e deliberativo da democracia brasileira está no centro do programa, atualizando o direito de voto, participação e voz dos brasileiros e brasileiras. Pois, sem a formação de uma opinião pública democrática não pode haver soberania popular. Há três razões que convergem para a sua centralidade.

31.A primeira razão é a necessidade central de oferecer uma alternativa à desdemocratização neoliberal, à criminalização da política e, sobretudo, às ameaças milicianas e militaristas do governo Bolsonaro.

32.A segunda razão é construir um argumento forte alternativo à mensagem sempre reiterada de que uma candidatura Lula ou um governo Lula necessitaria ir “ao centro”, ou seja, desvincular-se de seu programa histórico e assumir ou pactuar com as teses programáticas do neoliberalismo. A separação entre o programa “político” da democracia e seu programa “econômico-social”, entre o direito político à liberdade e suas condições de efetivação social e econômica, é fatal para a construção de uma hegemonia socialista democrática. É só através da soberania popular, da restauração e aprofundamento da democracia que se pode enfrentar o profundo conflito de classes no Brasil.

33.A terceira razão é que é inevitável que as campanhas antissocialistas ganhem um novo curso e vigor com a possibilidade de ascensão das esquerdas. O melhor antídoto contra esta campanha de ódio e execração é exatamente a apologia da liberdade, da democracia e de seu pluralismo, do direito inalienável do povo brasileiro de se autogovernar.

Programa para o período: concepção e eixos

34. Após quatro décadas de domínio e pressão neoliberal, de décadas de crise aguda da tradição socialista, de forte inserção na institucionalidade liberal conservadora brasileira, o PT viu desorganizado os eixos fundamentais de seu programa histórico em construção mais visível nas suas duas primeiras décadas, em particular na sua primeira década de desenvolvimento.
35. De modo diverso do diagnóstico da crítica sectária de que o PT havia se tornado um partido neoliberal ou “liberal social”, como teria ocorrido com os partidos trabalhistas, socialdemocratas ou eurocomunistas, trata-se de compreender uma identidade histórica contraditória de um partido que manteve, no fundamental, seus laços sociais com os trabalhadores e as lutas pela emancipação, mas viu diluída sua tradição socialista e, principalmente, viu desorganizados os elos fortes de ligação entre um programa histórico de transição ao socialismo e seus programas de governo.
36. O que se propõe a seguir é exatamente reconstruir e construir novos eixos fundamentais de um programa histórico que aponte o caminho do socialismo democrático, capaz de restabelecer as relações fortes entre as transformações estruturais do poder, da economia, da sociedade e da cultura e as políticas públicas de governo, as iniciativas de ação parlamentar, as lutas dos movimentos sociais.
37. Este programa histórico é fundamental para a própria acumulação de forças e para a construção de uma nova e duradoura hegemonia das esquerdas no Brasil. O seu centro é exatamente a superação do capitalismo neoliberal, este bloco histórico que organiza e legitimará um novo padrão de dominação de classe, patriarcal e racista após o período do liberalismo social ou keynesiano.
38. Este programa histórico é o grande herdeiro das grandes lutas históricas pela emancipação do povo brasileiro, desde a sua origem da

colonização, e incide sobre o dilema histórico da Constituição de 1988 que proclamou novos direitos sociais, feministas, antirracistas e mesmo democráticos, mas não foi capaz de indicar os caminhos de democratização do poder do Estado, em relação ao sistema político, à militarização e as forças de coerção, ao sistema de mídia, ao sistema de justiça, à corrupção sistêmica pelo poder econômico, às dimensões estruturantes do Estado patriarcal e racalista. Ele projetará a resolução deste grande impasse histórico, dramatizado pelo golpe de 2016 e pelo processo de destruição que se seguiu, através de um processo de crescente mobilização e auto-organização popular, em um caráter frentista amplo das esquerdas, de radicalização da democracia, que reivindique ativamente o princípio da soberania popular e do autogoverno.

39. Daí o caráter central da defesa de uma nova Assembleia Constituinte, que seja expressão mesma deste grande ascenso de lutas por novos direitos democráticos, como eixo deste programa histórico e que cria a cena histórica da democratização radical dos fundamentos do poder. Tendo como cláusulas pétreas os direitos humanos e suas garantias já firmadas na Constituição de 1988, a partir de uma nova correlação de forças políticas favorável às esquerdas contra a coalizão histórica do neoliberalismo, tal processo constituinte é entendido como a formação de um novo bloco histórico, de um novo protagonismo das forças populares, de um novo sistema de alianças sociais, da criação de um novo Estado democrático e popular no Brasil.

40. A elaboração deste programa histórico deve ser vista como plataforma para uma nova convergência histórica das esquerdas brasileiras, como norte para a formação de sua unidade estratégica. Esta unidade se faz hoje no plano das lutas sociais e só pode se tornar politicamente duradoura através do partilhamento comum das diretrizes fundamentais de um programa histórico, que lhe dê substância e sentido histórico socialista.

41. Este programa histórico pretende ser uma resposta à crise de identidade do PT, das contradições em movimento que formam um partido de origem nas classes trabalhadoras, mas que teve e tem que se inserir em uma institucionalidade liberal e conservadora. Ao mesmo tempo, deve ser concebido como um polo de aglutinação das esquerdas e dos lutadores dos movimentos sociais.
42. Este programa histórico se comunica com o debate estratégico inacabado do início dos anos noventa, realizado no PT, no qual se fez a defesa da chamada “estratégia da pinça”, isto é, a defesa de um trabalho combinado de lutas de movimentos sociais com o trabalho de luta por reformas na institucionalidade resultante da transição conservadora, mas com o centro de acumulação e o eixo de gravidade no processo de auto-organização das classes trabalhadoras e populares.
43. Ele procura traduzir, no contexto histórico, a concepção de uma revolução democrática que é concebida como sendo mais fortemente transformadora do ponto de vista socialista, exatamente por ser radicalmente democrática. Esta necessidade – a de caminhar para o sentido de uma revolução democrática, para a transformação das próprias bases políticas do poder – já estava de fato colocada como contradição nas experiências dos governos Lula e Dilma, mas o caminho estratégico escolhido foi exatamente o inverso, de fazer depender cada vez mais a governabilidade de alianças e pactos com setores burgueses e conservadores.
44. O programa histórico deve ser compreendido também em sua dimensão de atualização dos socialistas históricos, uma compreensão das grandes mudanças contemporâneas em curso – geopolíticas, das forças produtivas que geram transformações estruturais nas próprias classes trabalhadoras, na sociabilidade e na cultura – e as respostas que construímos para elas. Este é o verdadeiro sentido da tradição do socialismo democrático: como princípio de esperança, ela deve disputar a imaginação do futuro com as classes burguesas,

alimentando as próprias utopias de emancipação a partir das contradições do capitalismo e das lutas de resistências.

45. Concebido assim, o programa histórico deve ser concebido em quatro dimensões interdependentes:

46. O seu centro no processo de democratização radical da democracia, de formação da soberania popular e de autogoverno que orienta, organiza e define as possibilidades de todo o programa.

47. A formação de uma economia pública que seja capaz de sustentar um planejamento democrático capaz de prover os direitos fundamentais do povo brasileiro, identificando e superando em cada ponto a macroeconomia do neoliberalismo (o controle e a governança soberana democrática do Banco Central, do orçamento público, o controle democrático das empresas públicas, um plano de combate à corrupção sistêmica, a formação de um Sistema Nacional de Inovação, o estímulo massivo ao cooperativismo e às formas de economia solidária, a construção dos fundamentos de uma política agrária alternativa ao agronegócio e um programa de transição ecológica).

48. A formação de uma nova plataforma de direitos do povo brasileiro à liberdade, que eleve a um plano estrutural e estratégico os direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos povos indígenas e LGBTI+. É na luta e na consciência por seus direitos fundamentais à liberdade, concebida através dos valores do socialismo democrático, que o povo toma consciência do valor decisivo da democracia e do próprio sentido da economia do setor público.

49. A construção de um plano e plataforma de unificação latino-americana para o próximo período histórico, retirando as experiências nacionais de emancipação de seu isolamento e vulnerabilidade em relação ao poder desestabilizador dos EUA, fator que vem sendo fundamental para a definição do próprio horizonte de transformações no continente. Esta plataforma de unificação latinoamericana seria um modo de

responder à crise de hegemonia norte-americana e à ascensão geopolítica da China, criando um território soberano, cidadão e democrático.

50.A reconstrução e atualização deste programa histórico só faz sentido se pensado em um esforço maior de vincular a identidade do PT ao socialismo democrático. Nos anos 90, o PT reafirmou esta identidade, mas muito raramente a palavra socialismo aparece na imagem pública, nas campanhas eleitorais, nas próprias publicações do partido. Mas a identidade é sempre uma relação: se não se assume claramente a disputa com os valores do neoliberalismo – se o liberalismo é a religião do capitalismo, o neoliberalismo é o fundamentalismo da religião do capitalismo – é a própria identidade socialista que se torna difusa. Esta disputa de valores socialistas democráticos é fundamental para vencer a “guerra fria” do neoliberalismo e construir a hegemonia.

51.Na construção histórica do socialismo petista, houve decerto um desequilíbrio histórico entre a identidade classista mais clara nas origens, a identidade feminista incorporada, mas não no centro da vida partidária e a tardia relação com um programa antirracista histórico. As grandes lições históricas do feminismo marxista e agora do anti-racialismo contemporâneos é que o liberalismo ser historicamente estruturador da dominação classista, patriarcal, racalista e anti-libertário. O programa histórico, identificando os novos sujeitos massivos da luta feminista e antirracista, terá no centro de seus eixos estas lutas pela emancipação.

52.Talvez nunca antes em sua história, o capitalismo tenha sido um tal sistema de contradições entre o caráter social da produção e a apropriação privada das riquezas. O neoliberalismo extremou ao limite esta contradição, tornando um programa socialista que compatibilize liberdade e igualdade, soberania popular e autonomia individual, humanismo radical e integração harmoniosa à natureza, a construção de valores comuns em paz na diversidade, uma exigência

incontornável dos tempos que vivemos. Sem este programa, não é possível mais respirar.

Assembleia Nacional Constituinte

53.A conquista do governo pela esquerda, com mobilização das forças populares e com um programa de mudanças capaz de responder aos anseios e desafios estruturais de um curso de reconstrução e transformação do país, demandará e criará condições para uma refundação democrática e republicana do Estado.

54.O modo afirmativo, mas também aberto à dinâmica da luta de classes como o DN/PT formula a Constituinte contou com a nossa participação ativa. É uma referência para o processo de radicalização democrática.

Segue transcrita:

55.Para que as reformas necessárias ao desenvolvimento soberano ocorram - como a reforma agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar - é necessária uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições. O PT é imprescindível para derrotar o golpismo e convocar uma Assembleia Constituinte Soberana, o meio democrático de promover aquelas reformas, com a legitimidade de um novo governo e Lula inocente. Uma nova Constituinte não pode ser concebida como ponto de partida, mas como um ponto central no próprio processo político de ascensão da luta democrática e de (re)constitucionalização do país. Concebida nesta perspectiva, a defesa de um processo histórico de (re)constituição deve ser formulada como momento de convergência, de reunião, de pactuação em regime pluralista de soberania popular e de afirmação da soberania nacional. Não pode ser apenas o ponto de vista de um partido, mas de uma maioria democrática e popular. Nem mesmo pode ser compreendido como um mero instituto criado de cima, mas forjado nas lutas dos movimentos sociais por seus direitos fundamentais.

56.A ascensão das forças de extrema direita se deu em um quadro de desestabilização da democracia, de regime de exceção e se alimentou de um forte sentimento de deslegitimação do sistema político e, através dele, de todo o sistema público do país. A derrota destas forças exigirá conquistas democráticas e o reencontro de legitimação da maioria da população em relação ao sistema político e às instituições públicas. A defesa programática de um novo processo constituinte, que tenha como cláusulas pétreas os direitos humanos fundamentais, e que seja capaz de reconstruir e aprofundar o fundamento democrático do Estado, vai nesta direção.” (PRTB, p. 27, disponível em fpabramo.org.br)

57.Podemos acrescentar a ela a importância das regras de eleição, composição e o próprio funcionamento de uma constituinte. No Chile, as conquistas incluíram a paridade de gênero e espaço para listas de candidaturas independentes. O amplo acesso aos meios de comunicação e a garantia de financiamento público também são aspectos fundamentais.

Uma condição política essencial para a retomada do desenvolvimento no Brasil

58.O fenômeno global da financeirização tem no Brasil características extremas e dramáticas. A força do rentismo e da especulação financeira no Brasil se dá culturalmente e histórica, inclusive fazendo do "mercado" um agente político de enorme dimensão.

59.A experiência brasileira dos governos do PT foi positiva considerando-se os aspectos sociais e econômicos, particularmente até 2014. O PIB cresceu 50,69% ou 3,48% ao ano. de 2003 até 2014. Tão importante quanto o crescimento foi a evolução social que o acompanhou, através do aumento da renda da população mais pobre, da redução do desemprego, que atingiu o menor patamar da série histórica em 2014

e principalmente com uma queda histórica na miséria, além de avanços relevantes no acesso à Educação e Saúde.

60. Podemos falar, portanto, que o Brasil teve um período de Desenvolvimento. A população reelegeram nosso projeto em 2014, para um novo período de governo que começaria em 2015. Fomos eleitos com um programa de esquerda, que rejeitava os retrocessos exigidos pelo mercado financeiro (foi debate expresso durante a campanha, não iríamos aceitar a pauta neoliberal de retirada de direitos dos trabalhadores "nem que a vaca tussa"). E o papel da especulação financeira como grande comandante e interessada na pauta neoliberal foi abordada de forma muito explícita.

61. Apesar disso, as exigências do mercado financeiro foram vitoriosas e nós mesmos passamos a destruir tudo o que havíamos construído, desmentindo o que falamos na campanha. A brutal guinada na política econômica nos levou a um desastre econômico e político. No primeiro ano do novo mandato a economia teve uma queda de -3,55% e em menos de um ano e meio o golpe estava consumado.

62. O principal motivo (há outros, de menor relevância, como a Lava Jato e a situação econômica mundial) do insucesso foi a adoção de um receituário de políticas neoliberais radicais pela equipe econômica nomeada pela Presidenta. Esse foi o maior erro político da história do PT. Falamos uma coisa e fizemos outra, cedendo ao mercado financeiro a ponto de adotar as políticas neoliberais que condenamos sempre. O aprendizado com esse erro deve nos levar a nunca mais repeti-lo.

63. A adoção do programa econômico dos adversários foi o estopim para o golpe, pois produziu um fracasso econômico (e político) que nos tornou frágeis, facilitando o golpe institucionalizado. Com a confusão em nosso discurso permitimos que os governos golpistas que nos sucederam simplesmente aprofundassem o austericídio e a retirada de direitos com a facilidade de poder jogar a culpa para cima de nossos

governos. O neoliberalismo quebrou o país, mas a culpa foi jogada no seu oposto, ou seja, na política de desenvolvimento.

64.A política econômica neoliberal prejudicou o crescimento, diminuiu a receita e causou desequilíbrio fiscal. Isso já ocorreu antes da pandemia. De 2015 a 2019 o PIB brasileiro caiu 2,44%, o que significou um PIB per capita 6,44% menor. Uma tragédia sem motivação, causada simplesmente pela ganância e pela correlação de forças políticas. Fizeram exclusivamente porque lhes permitimos ter força para fazer. A direita brasileira mais uma vez mostrou o que é: provavelmente a mais gananciosa e excludente do planeta. Que sirva de aprendizado.

65.Agregando-se o primeiro ano da pandemia temos uma economia que terminou 2020 6,34 % menor do que em 2014 e um PIB per capita que se reduziu em 10,83%. Ou seja, as pessoas terminaram 2020, em média, 10% mais pobres em 2020 do que eram em 2014. Como a distribuição de renda piorou muito, o efeito sobre os mais pobres é muito mais dramático.

66.Essa tragédia toda foi feita em nome de melhorar as contas públicas. Mas, nem mesmo isso ocorreu. A relação Dívida/PIB havia caído de 59,9% em 2002 para 32,59% em 2014. A "gastança" do PT havia melhorado em muito as contas públicas. Ocorre que a "austeridade" neoliberal trouxe um enorme crescimento da relação Dívida/PIB, que se elevou para 54,57% até 2019. Agregando-se o ano de 2020, verifica-se que a relação Dívida/PIB sobe para incríveis 62,90 %.

67.A austeridade neoliberal deu enorme prejuízo fiscal. Nenhuma análise dos defensores das políticas neoliberais que levaram a este desastre explica esse fato, pois como controlam os meios de comunicação, optam por omitir os dados constrangedores. Mas a especulação financeira se saiu muito bem. Os bilionários brasileiros ficaram mais bilionários, muito em função do pagamento de mais de 2 trilhões de reais em juros (de 2015 a 2019) pelo governo destinados à banca

financeira especulativa. Mesmo na pandemia, a transferência de recursos públicos continuou, foram transferidos mais 312,4 bilhões de reais para juros no último ano. Gastamos mais em juros do que o auxílio emergencial de 600 reais, que custou apenas 293 bilhões de reais em 2020. Ou seja, o golpe e a consequente eleição do atual governo assassino atingiram seu principal objetivo: os ricos ficaram mais ricos e os especuladores financeiros ainda mais abonados e mais poderosos. Mesmo que para isso o país tenha ficado mais pobre.

68.A triste realidade é a economia e o emprego despencando enquanto a bolsa sobe e os ganhos financeiros se aceleram. Segundo a lista da Revista Forbes de abril deste ano, o número de bilionários brasileiros cresceu em 44% e o valor da fortuna dos bilionários em 71%. Foi estimada pela revista em 219,1 bilhões de dólares.

69.Durante anos a mídia econômica vem iludindo as pessoas com a ideia de que os indicadores do mercado financeiro medem também a economia real. Passam a ideia que se a sua evolução for positiva será melhor para o Brasil, pois significariam também crescimento econômico e empregos. Na verdade, não é assim. Nunca o mercado financeiro se deu tão bem como no último período, mas nunca a miséria cresceu tanto, nunca a economia esteve tão mal e o desemprego tão alto.

70.O rentismo financeiro ganha mesmo se a economia estiver mal, e isso ocorre com a transferência de recursos públicos. Se a economia real está mal e a receita pública vai mal, mesmo assim o mercado exige e leva (principalmente através dos juros, mas não apenas) uma parte grande da poupança pública. O teto de gastos e o austericídio servem para isso. Prejudicam a economia (já combalida) mas garantem a transferência de recursos públicos para o rentismo financeiro.

71.Portanto, é preciso ter presente que no caso brasileiro (em especial) os interesses do mercado e os da economia real são contraditórios. Para a economia real o melhor seria que o teto de gastos não existisse.

Mas ele é bom para os especuladores, pois, ao contrário do que a sociedade imagina, o teto de gastos não se aplica às despesas financeiras do governo. Com o teto de gastos o Governo investe menos em saúde, educação, bolsa família ou auxílio emergencial para poder pagar mais em juros.

72.As lições do que ocorreu nestes anos de tsunami neoliberal deve servir para fazermos uma reflexão sobre o futuro. O retorno dos direitos políticos do Presidente Lula criou uma nova realidade política. A esperança cresceu e são reais as possibilidades de vitória em 2022.

73.Ocorre que as dificuldades de um governo desenvolvimentista serão imensas, pois de 2014 para cá o início do desenvolvimento que havíamos conseguido foi revertido e a barbárie foi instalada. A pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho retornaram e foram normalizadas e a economia foi destruída, particularmente na indústria e nas atividades que geram emprego e valor. A estagnação econômica tornou o país muito mais endividado. Sem economia rodando, sem receita. Quanto maior o austericídio menor a receita e pior a situação fiscal. Por isso a relação Dívida/PIB praticamente dobrou. O país se tornou muito mais isolado e menos competitivo e não se recupera essa situação em prazo curto.

74.O entreguismo das empresas públicas e a paralisação dos investimentos criarão dificuldades de infraestrutura que só serão revertidas com muito investimento.

75.As consequências dessa política podem ser vistas em qualquer setor, como no setor energético. O preço dos combustíveis e gás de cozinha esfolia a população, e o caso da energia elétrica é particularmente revelador.

76.Estamos sob risco de um apagão energético. É sabido que quando a economia está em crescimento consome-se muito mais energia. Mas estamos numa recessão bárbara, com uma atividade econômica menor

do que a de 8 anos atrás. A explicação para esse paradoxo é que a irresponsabilidade neoliberal conseguiu produzir falta de energia mesmo sem crescimento.

77. Mas o que acontecerá quando a economia voltar a crescer? É simples. Sem investimentos muito acelerados vai faltar energia. Portanto, a segurança energética que construímos com muito custo foi destruída e teremos que reconstruí-la em alta velocidade sob pena de não podermos voltar a crescer.

78. Assim sendo, a retomada do investimento público terá que ser enfrentada, tanto do ponto de vista de oferta de infraestrutura como de necessidade para estimular a volta do crescimento.

79. Da mesma forma, é absolutamente inevitável para que a nossa população volte a ter um mínimo de dignidade, que tenhamos investimentos sociais robustos, a começar por um programa de renda muito maior que o auxílio emergencial capenga de hoje. Toda a área social exigirá uma retomada do tempo perdido.

80. Para isso será necessário rever o entulho fiscalista austericida que foi implementado nesses últimos anos de barbárie, a começar pelo teto de gastos, que precisa ser revogado. Será preciso uma estratégia para as amarras neoliberais que impedem qualquer governabilidade desenvolvimentista.

81. Um exemplo é o Banco Central "Independente" (independente da democracia, mas dependente dos especuladores financeiros). Outro exemplo é a destruição dos Bancos Públicos. Os governos do PT haviam capitalizado o BNDES em mais de 500 bilhões de reais, emprestados ao Banco para permitir o financiamento do desenvolvimento. Hoje só restam menos de 200 bilhões de reais, o restante foi torrado para financiar o déficite do austericídio neoliberal.

- 82.A grande questão política que devemos estar muito atentos é a de que um eventual novo Governo do Presidente Lula só poderá produzir novamente uma política de desenvolvimento se não tiver nenhum tipo de dubiedade ou compromisso com as teses do mercado financeiro. Em 2003 o governo fez mediações com o mercado financeiro que de forma alguma poderão ser reproduzidas em 2023. Porque seria fatal.
- 83.A realidade é muito diferente, os condicionantes internacionais são adversos, a situação fiscal é terrível, a indústria se deteriorou ainda mais, a concentração de renda aumentou e não haverá uma tal prosperidade econômica que permita ao mesmo tempo, transferir rendas cavalares para o rentismo e melhorar substancialmente a situação da população. Se tivermos que pagar os lucros do aumento da riqueza rentista não conseguiremos investir na salvação da economia e combater a miséria.
- 84.Desta vez será necessário optar, sabendo das consequências da opção na correlação de forças. Já aprendemos da pior forma possível que a especulação financeira é insaciável, e desagradá-la significa um enfrentamento com alto preço político. Devemos estar preparados para isso, o que significa fortalecer o campo democrático e popular desde agora e durante a campanha e não permitir nenhum compromisso programático com o mercado financeiro.
- 85.É bem simples e objetivo: se voltarmos a cometer o erro de tentar saciar o insaciável mercado financeiro especulativo seremos derrotados. Até o novo governo americano compreendeu que a política econômica precisava se aproximar um pouco das políticas keynesianas ou o fracasso dos Estados Unidos perante a China seria inevitável. A burguesia brasileira nunca conseguiu ter uma compreensão semelhante. Por isso esta tarefa terá que ser feita contra a sua vontade.

Debate sobre o futuro do mundo do trabalho

86. Primeiramente é importante destacar que a crise que afeta o mundo do trabalho parte de um patamar civilizatório muito baixo, marcado pela precariedade das relações de emprego, pela informalidade como norma, pela grande dispersão salarial que deixa mais de dois terços da força de trabalho sujeita a remunerações baixas e insuficientes, pela falta de acesso a direitos sociais e trabalhistas fundamentais. O enfrentamento desse quadro coloca a necessidade de uma alteração política e de modelo de sociedade que leve à superação do atual regime de acumulação, crescentemente orientado para os interesses rentistas e do grande capital. É fundamental uma redefinição do papel do Estado e do lugar do trabalho em nossa sociedade.

87. Uma nova agenda para o mundo do trabalho deve considerar que as transformações em curso significam uma nova reconfiguração das classes trabalhadoras; criar capacidade de articular os direitos trabalhistas com o combate a todas as formas históricas de exclusão e discriminação pela condição de gênero e/ou de raça.

88. Essas formas de opressão estão ancoradas na estrutura da sociedade capitalista e entrelaçadas com a luta social e pelos direitos; formular alternativas de políticas de proteção social aos trabalhadores/as, essas políticas precisam ser de caráter mais universal, como direito de cidadania e independente de sua condição de formalização. Ou seja, os direitos não podem estar atrelados unicamente a condição de formalização; apresentar uma saída para o problema estrutural de falta de trabalho, dadas as inovações tecnológicas/compreender os efeitos da era digital dado que ela desloca empregos, mas também elimina; incorporar no curto prazo a agenda a defesa da renda básica universal, articulada com a proposta de criação de ocupações que atendam às necessidades coletivas que contribuam para o bem-estar coletivo da sociedade, com redução da jornada e respeito aos direitos e à proteção social; recolocar a centralidade do tema da jornada de trabalho como forma de gerar e distribuir empregos para a sociedade; revalorizar

outras formas e expressões do trabalho que estão fora dos circuitos mercantis a exemplo da economia solidária, empreendimentos solidários, entre outros.

Por uma Frente de Esquerda no Brasil

89.As eleições de 2020, mais uma vez, demonstraram as dificuldades e a ausência de tradição para compor um bloco de esquerda permanente nas disputas eleitorais e mesmo na ação política em frentes sociais.

90.Na história política do país essas experiências são inexistentes ou muito frágeis. Os longos períodos ditatoriais e/ou autoritários no século XX e a exclusão da esquerda das disputas eleitorais, com brevíssima exceção entre 1945/7, sempre dificultaram ou impediram essas experiências. Mesmo em anos de alguma abertura política, década dos 50, por exemplo, o espaço consentido nunca alcançou a legalização partidária eleitoral da esquerda.

91.Podemos afirmar que a plena pluralidade partidária legal e de fato só é reconhecida no Brasil após os anos 80, quase dois séculos depois do país ter saído da condição de colônia portuguesa. Experiências efêmeras como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos anos 1934/35, a Frente de Redemocratização dos anos 40 e o caráter frentista por democracia do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não se constituíram como alternativas orgânicas viáveis no longo prazo.

92.Nas eleições de 1982, além dos sucedâneos do bipartidarismo consentido, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), registraram-se para a disputa eleitoral o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Trabalhismo dividiu-se por manobra burocrática do regime, em acordo com trabalhistas históricos, para impedir que seu verdadeiro herdeiro,

Leonel Brizola, assumisse a sigla histórica de Getúlio Vargas e João Goulart.

93. Todos, com exceção do PT, nasceram no interior do Congresso usufruindo a regra que permitia o registro com um mínimo de adesão de parlamentares. O PT foi o único a cumprir a alternativa de registro: em nove meses organizar direções provisórias em um mínimo de 11 Estados e nestas comissões diretivas organizadas em 20% dos municípios dessas unidades federadas.

94. Os principais Partidos ainda clandestinos, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) mantiveram-se fora da disputa eleitoral. Cautelosos, pois o regime militar perdurava, defendiam o apoio e a manutenção do caráter frentista do PMDB. Inclusive, para lançar e apoiar candidaturas através dessa legenda.

95. Ainda em 1982, a ditadura tentou mais uma manobra, o voto vinculado. Além das eleições gerais para o Congresso e as assembleias estaduais, os municípios que não fossem capitais e áreas consideradas de Segurança Nacional, teriam eleições simultâneas as eleições gerais. O golpe arquitetado pelo voto vinculado era pressionar o eleitor ao “voto útil” nos partidos que vinham do regime, PDS e PMDB, já domesticados pela atividade parlamentar. O eleitor, caso não votasse no mesmo partido nas eleições municipais e gerais, teria seu voto anulado.

A Reorganização Partidária dos anos 80/90

96. Mesmo com as manobras da ditadura, os novos partidos sobreviveram. As eleições nas capitais em 1985 e a luta pela Assembleia Constituinte acabaram suplantando o bipartidarismo imposto e novos partidos surgiram ampliando o espectro político-partidário. O Congresso Constituinte de 1988, frustrando a ideia de uma Constituinte exclusiva e soberana, manteve o sistema eleitoral com suas mazelas e vícios. O voto nominal, o financiamento privado,

a permissividade das coligações, além de se constituírem em crescentes instrumentos de corrupção, são destruidores da própria vida partidária.

97.A licenciosidade na criação de partidos através de registros provisórios, no entanto, acabou consolidando a tendência de explosão das siglas partidárias. Em torno de 30 partidos passaram a existir no país estimulados pelo Fundo Partidário e os tempos de Rádio e TV nos períodos eleitorais.

98.No campo da esquerda, o crescimento vertiginoso nos primeiros anos do PT baseado numa sólida representação sindical e sua singular organização interna, garantindo o direito de correntes internas, de tendências de opinião, fizeram com o que o Partido atraísse um grande número de grupos, movimentos organizados, pequenos partidos clandestinos regionais ou locais visando beneficiarem-se desse rápido crescimento e a atratividade do projeto de democracia interna.

99.Em pouco tempo, colocou-se o dilema Partido ou Frente Política causado pela heterogeneidade dos grupos e movimentos formadores. Estes iam dos sindicalistas de todo o país a intelectuais e setores egressos da Universidade, dos movimentos comunitários e eclesiais de base aos grupos e organizações que sobreviveram à ditadura e se reorganizavam através de periódicos e jornais alternativos.

100. Prevaleceu a tese de que o PT seria um Partido, mas com direito de tendências de opinião em seu interior e com respeito a representação proporcional dessas correntes em suas instâncias de direção. Nos primeiros anos, representação proporcional nos Diretórios. No Congresso de 1991, aprovou-se sua extensão para as Direções Executivas e, também, a representação mínima de gênero de 30%.

101. Em 1983, a organização da Central Única dos Trabalhadores,

uma central sindical nacional, distinta da estrutura de Federações e Confederações da velha Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formava-se com critérios semelhantes de composição de unidade através da proporcionalidade das correntes e forças sindicais nos congressos. A nova Central e sua construção davam a ideia de um caráter novo e diferente das experiências sindicais europeias onde prevaleciam centrais sindicais alinhadas ideológica e programaticamente com Partidos do campo progressista: democratas-cristãos, socialistas e comunistas.

102. A partir de 1986 o crescimento exponencial do PT, dobrando sua representação na Câmara Federal a cada eleição (1982: 8 deputados; 1986: 16 deputados; 1990: 35 deputados; 1994: 50 deputados); 1998: 59 deputados; 2002: 91 deputados)¹ contrastava com a crise de referências da esquerda mundial com a derrocada do "socialismo realmente existente" no leste europeu. Principalmente os Partidos Comunistas, historicamente identificados com a União Soviética.

103. Desde seu nascimento, o PT assumiu uma postura independente em relação à experiência soviética e aos partidos socialistas europeus. Isso era fruto da visão crítica da vertente de esquerda fundadora do Partido e da desconfiança das lideranças sindicais em relação às experiências europeias e, também, pela existência dessas posições políticas como concorrentes no Brasil.

104. Esses elementos facilitaram o crescimento do PT como a maior organização partidária na esquerda brasileira e com capacidade de construir unidade pelo democrático debate interno de forma singular. Mas, é óbvio, não ajudavam a pensar a unidade com as forças de esquerda de outros partidos como uma necessidade histórica.

105. O PDT e o PSB, apesar da pouca tradição de organização de bases sindicais e de debate interno teórico-programático, aproximaram-

se da Internacional Socialista assumindo uma identidade ideológica programática com baixa repercussão na vida desses partidos na luta política concreta no país.

106. A necessidade de afirmação partidária e consolidação programática desse amplo leque nos primeiros anos da democratização no país, não ajudou no sentido de estimular a luta unitária. Ao contrário, prevalecia a disputa na representação dos setores populares e das classes trabalhadoras.

107. Nos anos 90 a necessidade de unidade na esquerda tornou-se mais urgente. Com a proliferação das siglas partidárias, apesar de sua identidade ideológica e programática com o capitalismo, os partidos burgueses no Congresso buscaram uma forma de diminuir riscos. Assustados com as vitórias do PT em Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo e a campanha de Lula em 1989, aprovaram a lei de dois turnos eleitorais. O argumento "democrático" era garantir mais legitimidade ao eleito, mas sem enfrentar a permissividade da avalanche de partidos, A regra aprovada é draconiana. Ou o candidato supera os 50% no primeiro turno, ou tem que enfrentar um segundo turno com a possibilidade de união de minorias com razoáveis conflitos e até contradições, mas que diante do "inimigo" comum aliam-se de qualquer forma. Regra duríssima diante das experiências em outros países onde se garante a vitória com 45% dos votos ou até menos, desde que o segundo esteja a uma diferença de dez pontos percentuais.

108. Essa tendência, inclusive, estendeu-se ao movimento sindical. O caráter "único" pretendido pela CUT com a garantia da proporcionalidade nas instâncias da central foi insuficiente para manter a unidade. A ambiguidade nas relações com a CLT e sua estrutura sindical, com o Estado e a fonte de financiamento representada pela arrecadação compulsória do Imposto Sindical prevaleceram. Mais, os interesses particulares dos partidos e as disputas de representação, levaram a multiplicação das Centrais

Sindicais.

109. O sistema eleitoral herdado da Constituição de 1988 é todo montado para distorcer o processo democrático. O voto nominal e seu financiamento privado, a brutal distorção na representação da cidadania com o piso de 8 deputados e o teto de 70 deputados nos Estados e a duplicidade de competências entre Câmara e Senado.
110. Todas são regras que favorecem o conservadorismo e dificultam o avanço de partidos de esquerda e transformadores.

A Vitória eleitoral com Lula em 2002

111. A chegada de Lula à presidência da República em 2002 foi alcançada apesar dos obstáculos do sistema eleitoral, mas, enquanto o presidente alcança 46,4 milhões de votos, a bancada do PT na Câmara Federal recebe apenas 15 milhões de votos e que lhe permitiu eleger 91 deputados federais. Menos de 20% das cadeiras da Câmara.
112. A frente política composta pelo PT, PCdoB e PR teve caráter apenas eleitoral e não avançamos numa proposta de consolidar uma aliança com setores mais próximos como o PSB e o PDT, de Leonel Brizola. O governo abriu-se para uma ampla coalizão que garantisse governabilidade via Congresso e essa política predominou ao longo dos quatro mandatos. Não avançamos na constituição de um bloco mais coeso, programaticamente, e as consequências da política de alianças amplas no Congresso, inclusive com setores da direita como o PP e partidos ligados aos cultos evangélicos, foram muito danosas.
113. Essa orientação generalizou-se nos Estados e Municípios assumindo um caráter eleitoreiro e imediatista, bem como decorrência disso uma descaracterização das origens e do programa partidário. Inclusive, o abandono de políticas que identificavam o "modo petista de governar". Em especial, as políticas de democracia participativa e incentivo a organização e participação popular independente.

114. Vimos no momento do golpe contra o governo Dilma e pagamos alto preço pelo comportamento dos aliados do centro e centro direita e a ausência de uma política mais consistente na construção de um bloco mais sólido e comprometido com um projeto político.

Razões para uma Frente de Esquerda no Brasil

115. A derrota político-eleitoral de 2018 talvez ocorresse mesmo com a construção de uma maior unidade no campo democrático popular. O golpe que destituiu Dilma e o impedimento da candidatura de Lula foi fruto de uma sólida aliança da burguesia neoliberal, da mídia monopolista que se encarregou de criminalizar a política e, em especial o PT, da cumplicidade do judiciário e da ação direta dos Partidos do centro e da direita no Congresso Nacional.

116. Mas, certamente, o quadro eleitoral seria outro se tivéssemos construído uma unidade além do PT e PCdoB. A potencialidade de atração nos movimentos sociais e a capacidade de criar grandes mobilizações teria sido outra com uma chapa unitária envolvendo partidos como o Psol, o PDT e o PSB já no primeiro turno.

117. Agora, é inegável que a eleição de 2018, mesmo com profunda ilegitimidade reformulou o quadro partidário brasileiro e suas principais referências que vinham se constituindo desde 1980. O fenômeno Bolsonaro e o discurso antissistema e de crítica profunda aos partidos e a política em geral, o apelo ao moralismo no combate a corrupção, a identificação do senso comum com a unidade em torno dos símbolos pátrios, atraíram amplos setores dos partidos que ao longo dos 80 e 90 buscavam arregimentar eleitores e filiados em torno de programas com maior coerência e com identificação com setores da sociedade brasileira.

118. Os partidos mais consolidados, nacionalmente, como o PMDB, o PSDB, o PP sofreram derrotas contundentes. Mesmo com a ida de Haddad ao segundo turno, o PT também teve redução sensível de bancada ainda que se tenha mantido como a maior representação na

Câmara, com 54 deputados (as). Soma-se a isso a manutenção do sistema eleitoral montado para favorecer o individualismo, o personalismo, o clientelismo eleitoral e o poder corruptor do financiamento público. Não é de estranhar que permissividade na criação de partidos e a ausência de identidade programática e ideológica da grande maioria dos partidos sejam responsáveis pela crise de representação atual.

119. A burocratização do sistema parlamentar e dos partidos - fenômeno clássico no liberalismo capitalista - agrega-se ao quadro anterior para dificultar e confundir o reconhecimento dos partidos como necessários para uma construção democrática saudável.
120. Ao nosso ver, esses elementos reforçam ainda mais a necessidade de formação de um Bloco de esquerda. O preconceito que foi criado de rejeição aos partidos, o senso comum de que "todos são iguais", de que "toda a política é corrupta" são obstáculos difíceis de serem superados, individualmente, pelos partidos.
121. Por fim, o maior desafio, a crise de referências teóricas e práticas do socialismo pós derrocada do leste europeu e a pouca atratividade pelas experiências isoladas que existem não ajudam na escolha inequívoca de um partido ou movimento político.
122. Mesmo com o crescimento acelerado que a elevou a condição de potência mundial, a experiência chinesa com seu modelo burocrático-autoritário de Partido único e enormes ambiguidades e crescentes desigualdades na transição socialista não é um atrativo para o conjunto da esquerda mundial como alternativa.
123. Na Europa, onde florescem lutas e teorização das experiências socialistas, a crise de alternativas no campo da esquerda ainda prevalece. Os antigos Partidos Comunistas e Socialistas, em quase todos os países, viveram crises enormes de representação política e de governabilidade alternativa ao modelo neoliberal de austeridade fiscal e de ataque às conquistas históricas do "bem-estar social".

124. Mais recentemente, algumas experiências vêm sendo positivas e apontando novas possibilidades. A Frente de Esquerda que apoiou Jean-Luc Mélenchon nas últimas eleições presidenciais na França alcançou 20% dos votos no primeiro turno. Na Espanha, a construção da unidade entre o Podemos e a Esquerda Unida, também sinalizou a possibilidade de sucesso nas principais cidades.
125. Em Portugal, o acordo entre o Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português (PCP) de garantir sustentação parlamentar, mesmo sem participarem no governo, ao Partido Socialista vem garantindo resistências e avanços concretos contra as políticas de austeridade e corte de gastos sociais da União Europeia.
126. Na América Latina, a mais rica experiência de frente político-partidária com unidade em torno de um programa comum, sem dúvida, é a Frente Ampla uruguaia. Nascida em 1971, sobreviveu à ditadura militar (1973/1985) e caminha para completar 50 anos, como principal força política do país. Num Uruguai marcado ao longo do séc. XX por um bipartidarismo hegemônico entre "blancos" e "colorados", conservadores e liberais, mas defensores da ordem capitalista, o surgimento da Frente Ampla permitiu que o conjunto dos partidos e das forças socialistas, comunistas, nacionalistas de esquerda, democratas radicais, artiguistas, etc.... assumisse um protagonismo crescente que levou a Frente Ampla vencer as eleições na Capital e chegar à presidência da República, várias vezes. A Frente Ampla aglutina em torno de um programa comum (democrático, anti-imperialista e de reformas e conquistas sociais) mais de 25 organizações, partidos e movimentos políticos, sem perda de identidade de cada um de seus membros. Seu enraizamento em todo o país e organismo de base permitem a qualquer cidadão a adesão individual a Frente Ampla sem exigir a filiação prévia a uma das suas organizações. Sua longa trajetória possibilitou uma identidade com os setores sociais que representa que vai além do resultado positivo da unidade e força, mas também exerce um papel pedagógico de identidade de lutas e eleitoral inegáveis.

127. Mais recentemente, o Chile vive também uma rica experiência frentista (Frente Amplio) que nasceu em 2017 e hoje é formada por 13 organizações políticas. Sua origem está ligada aos movimentos estudantis e sociais de 2011 na luta por educação pública, laica e gratuita em oposição a herança privatista da ditadura de Pinochet e mantida pela "concertación" pós regime militar, na transição "lenta e segura" da ditadura. A Frente expressa também a luta contra o sistema eleitoral mantido pela "concertación" que via distritos eleitorais impede a representação proporcional das minorias. Nas eleições de 2017 seu desempenho foi surpreendente, alcançando 20% dos votos no primeiro turno.
128. Essas experiências são positivas pela unidade, por permitir crescimento quantitativo na representação, mas, valem, principalmente, pela necessidade de produzir um programa comum. Aprender a construir a unidade na diversidade de posições distintas, que na esquerda remontam a conflitos históricos e debates teóricos que atravessam décadas, é tarefa difícil, mas necessária e inadiável.
129. O desafio da reconstrução programática da esquerda socialista é mundial. Essa crise é anterior, inclusive ao desmonte do "socialismo realmente existente". As experiências na União Soviética e nos demais países do "bloco socialista" após a Segunda Guerra Mundial e na China, com a vitória da Revolução em 1949, não foram capazes de construir sociedades socialistas que superassem plenamente as nações capitalistas em todas as dimensões da vida social. O crescimento econômico e a superioridade do planejamento sobre o mercado permitiram que esses países em poucas décadas se transformassem em potenciais mundiais, superando séculos de atraso de dominação oligárquica e/ou dominação colonial.
130. No entanto, a não extensão da revolução para outros países, o cerco permanente e a corrida armamentista, o processo de burocratização do Estado e o predomínio da tese do Partido único impediram a construção de uma democracia socialista. Tanto no modo de produção, mesmo com a estatização dos meios de produção, não se produziram novas formas

duradouras de gestão com o protagonismo dos trabalhadores nem uma nova institucionalidade superior em democracia do que a praticada pelo parlamentarismo liberal nos países capitalistas desenvolvidos.

131. Esse déficit ideológico e programático prolonga-se até hoje e é tarefa dos militantes socialistas recuperá-lo. O atraso histórico é evidente e se expressa quando partidos de esquerda chegam aos governos e são incapazes de apresentar alternativas no enfrentamento à lógica do capital e de suas instituições parlamentares e judiciais.
132. A ação conjunta em uma Frente poderá se transformar em rica experiência de diálogo, de superação de sectarismos acumulados ao longo de décadas de divergências pouco justificadas diante das enormes tarefas e desafios que nos afligem.
133. Qual o Estado que queremos? Como superar o sistema eleitoral (corruptor, anacrônico e antidemocrático) e o atual bicameralismo (caríssimo, burocratizado, com duplicidade de competências e com proporcionalidade fraudada) que sofremos? Qual o limite da propriedade pelo qual lutamos? Como ser um país soberano num mundo globalizado e subordinado ao Império norte-americano pelo poder militar e por instituições internacionais não eleitas que decidem a economia e o nosso futuro? Como controlar e dominar as novas tecnologias da informação que decidem nossas vidas?
134. Muitas são as perguntas que ainda não respondemos nem convencemos a população para transformá-las em força política. Confiamos que discuti-las em conjunto, socializarmos nossas experiências e aprofundarmos o conhecimento histórico sobre os erros e acertos da luta dos socialistas no mundo, mais rápidas e exitosas serão nossas conquistas.

Vamos construir a Frente de Esquerda

135. Neste momento, é evidente a existência de vários partidos e organizações políticas que se colocam em oposição ao governo Bolsonaro e ao modelo ultraneoliberal que ele e o Ministro Guedes aplicam no país. No Congresso, partidos que votaram contra o impedimento da presidenta Dilma e atuaram juntos na defesa das leis trabalhistas e da Previdência pública vem assumindo uma oposição permanente contra o Governo. Esses partidos: PDT, PT, PSB, PCdoB e Psol assinaram, também, manifesto de trabalho conjunto de oposição no país. Além desses, há vários movimentos de (re)organização de partidos no campo da esquerda anticapitalista que ainda não possuem representação parlamentar, mas estão nas lutas sociais como PCB, PCO, PRC, PSTU, UP e outros.
136. Recentemente, em torno de duzentos homens e mulheres, intelectuais, professores universitários, dirigentes partidários, sindicalistas, jornalistas firmaram um manifesto público e aberto a adesões por uma Frente de Esquerda. Originário do Fórum 21, animado pela Agência Carta Maior, o manifesto traduz o sentimento dessa heterogeneidade de cidadãos (ãs) que o assinam e, também, o anseio e o apelo dos participantes das grandes mobilizações dos últimos anos por democracia, pela Universidade pública, pelos direitos trabalhistas agredidos, pela Previdência pública, enfim, contra o governo neoliberal e entreguista de Bolsonaro e Guedes.
137. Nas eleições em curso, em um número significativo de municípios construímos frentes eleitorais entre partidos desse campo, independente da posição partidária sobre Frentes além do período eleitoral ainda que, em casos de vitória, governaremos juntos. Se não foi possível construir uma frente mais orgânica, mais permanente, os processos eleitorais nos alertam para essa necessidade. Mais do que alertar, nos apontam o grave erro político cometido em várias grandes cidades. Desejamos que as dezenas de municípios onde alcançamos construir essa unidade seja mais um forte argumento para a construção de uma unidade superior.

138. Para potencializar o trabalho de todos, para unificar nossas lutas comuns, urge que construamos uma unidade permanente para fazer frente ao inimigo comum, com as seguintes características:
- a. Uma Frente política de Partidos e organizações que se reivindicuem de representação, aberta a participação e adesão diretas de cidadãos/ãs que concordem com o Programa e as formas de organização da Frente.
 - b. Um Programa Comum, aprovado consensualmente na fundação da Frente onde se estabelecem os pontos de unidade do conjunto baseados na defesa da Democracia Participativa, da Soberania Nacional e do anti-imperialismo.
 - c. Um caráter permanente e de extensão nacional, estadual e municipal, com organismos de coordenação correspondentes.
 - d. Uma busca permanente de ação parlamentar e governamental conjunta bem como nas frentes sociais-sindicais já constituídas como a FBP e a FPSM.
 - e. Proporcionalidade consensual nas coordenações, de acordo com critérios pré-estabelecidos assim como critérios de paridade de gênero e proporcionalidade de idade e de raça.
 - f. Seu caráter permanente e de ação comum nas lutas cotidianas do povo brasileiro facilitará, também, condições favoráveis de coesão, confiança mútua e identidade de programa para disputas eleitorais.

Resumo da política de frente da esquerda:

- a. A Frente de Esquerda faz parte da luta estratégica da esquerda brasileira pela organização independente dos trabalhadores que o PT herdou da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70 e expressou na sua Carta de Princípios e no Manifesto de fundação.
- b. A Frente de Esquerda é também a resposta conjuntural da luta anti-Bolsonaro e seu governo ultra neoliberal para fortalecer o caráter anticapitalista do programa e atender a reivindicação mais generalizada nas mobilizações e nas grandes jornadas das Frentes populares que clamam pela unidade do campo popular e socialista.
- c. A Frente de Esquerda responde também à fragilidade eleitoral nas

eleições legislativas onde o peso da institucionalidade e da implantação social são importantes. Os resultados majoritários não podem esconder a fragilidade da esquerda em 2018 (PT PCdoB, PSOL): menos de 15 % da Câmara Federal e apenas 10 milhões de votos nas municipais de 2020.

- d. A formação da Frente de Esquerda apesar dessa realidade e da lei eleitoral com cláusula de desempenho não é espontânea. Exige iniciativa, disposição de diálogo e tolerância e o reconhecimento de que a crise ideológica e programática do socialismo é mundial e enfrenta-la com pluralismo e diversidade nos dá mais chance de supera-la. Cabe ao PT papel decisivo — e lutaremos para que cumpra — na sua construção.
- e. A Frente de Esquerda é o desafio de construí-la como um Frente orgânica, permanente, com programa comum, nacional que respeite a soberania das forças que a compõem e uma proporcionalidade consensual de suas direções. E seja também um atrativo próprio para milhões que buscam na Esquerda uma referência orgânica ampla de adesão. A Frente de Esquerda não se confunde com frentes eleitorais, nem com lutas comuns, conjunturais e pontuais com outras forças políticas. A Frente de Esquerda é o desafio histórico de constituição de um bloco de forças com maior potencial de crescimento e alternativa real de poder.
